“Tempo” e condições de sentido proposicional nas *Observações Filosóficas*: “reconhecimento” e “verificação”

Martha Christina Pereira Martins*

De um modo geral, é possível dizer que nas *Observações Filosóficas* (1930), L. Wittgenstein conserva a noção tractariana de que a linguagem representa o mundo. Assim, encontramos no parágrafo 225 da edição de Rhees¹ a contundente afirmação segundo a qual “como é apenas de sua referência, do mundo, que a linguagem recebe sua maneira de referir-se, é impensável uma linguagem que não represente o mundo” Mas é somente numa primeira aproximação que a tese da representação do mundo pela linguagem pode ser considerada como algo que o *Tractatus* (1922) e as *Observações Filosóficas* exatamente compartilham. Considerada a questão mais de perto, veremos que as condições da *representação* na obra de 1930, embora guardem traços da de 1922, complexificam-se e assumem desdobramentos inéditos. Neste artigo, vou examinar um problema que emerge das alterações do que Wittgenstein passa a considerar como condições do sentido proposicional nas *Observações Filosóficas* e que por consequên-

* Doutoranda do Departamento de Filosofia da USP.

cia envolvem a tese da representação do mundo. Farei isso de forma limitada ao exame de um problema: aquele que surge no tratamento do “tempo”; para tal, recorro a duas noções introduzidas tecnicamente nesta obra, a saber, a de “reconhecimento” e a de “verificação” Primeiramente, vejamos como Wittgenstein formula em suas próprias palavras o problema relativo ao “tempo”

“Se o mundo dos dados é atemporal”, pergunta-se Wittgenstein, “como se pode então falar dele?”². É uma questão imposta pelo verificacionismo, como veremos pouco mais à frente: estamos no tempo, e a proposição só pode ser verificada no presente imediato. Em suas palavras: “o fluxo da vida, o fluxo do mundo flui, e nossas proposições só podem ser verificadas em instantes. Nossas proposições só são verificadas pelo presente.”³ E prossegue:

Elas devem ser construídas de tal modo que possam ser verificadas por ele. Elas devem conter um material que lhes permita serem verificadas por ele. De algum modo, portanto, elas devem ter comensurabilidade com o presente, e elas não podem ter essa comensurabilidade *apesar* de sua natureza espaço-temporal. Pelo contrário, esta natureza espaço-temporal deve estar para a comensurabilidade com o presente assim como a corporeidade de uma régua está para sua extensibilidade, por meio da qual ela mede. Também neste caso poderíamos dizer: ‘sim, a régua mede o comprimento apesar de sua corporeidade. Certamente, uma régua que tivesse apenas comprimento seria o ideal, digamos assim, uma régua *pura*’ Não. Se um corpo tem comprimento, não pode haver comprimento sem corpo – e mesmo se eu compreendo que, num certo sentido, é só o comprimento da régua que mede, aquilo que eu ponho em meu bolso continua sendo a régua, o corpo, e não o comprimento.⁴

Registro ainda uma outra formulação que Wittgenstein oferece ao problema, que se encontra mais à frente no texto das *Observações Filosóficas*, no capítulo VII da edição de Rhees. Lemos:

A linguagem, ela mesma, pertence ao segundo sistema. Se eu desenvolvo uma linguagem, eu estou essencialmente descrevendo algo que pertence à física.

Mas como uma linguagem física pode descrever o fenômeno?

Não é assim: um fenômeno (*special present*) contém tempo, mas não está no tempo?

Sua forma é o tempo, mas ele não tem lugar no tempo.

Enquanto que a linguagem desenvolve-se no tempo.

Embora o entendimento dessas passagens de Wittgenstein esteja condicionado a algum conhecimento anterior do papel que “reconhecimento” do “fenômeno”⁵ no ato proposicional – como condição de sentido da linguagem –, bem como dos traços mais gerais do verificacionismo nos quadros examinados, optei por adiantar o problema nas palavras do autor para procurar, no esclarecimento subsequente desses conceitos, entabular uma hipótese de solução para o problema, permitindo que o leitor o mantenha em vista. É o que procuro fazer na seqüência.

Wittgenstein introduz no segundo capítulo das *Observações Filosóficas* a noção específica de “reconhecimento” que é operante para o caso em questão, formulando a seguinte pergunta: como alguém pode de antemão saber, na ausência de uma determinada cor (no caso do exemplo dado, o vermelho), que será capaz de reconhecê-la no ato em que ela lhe for apresentada? A proposição que afirma a capacidade deste reconhecimento, diz ele, pode significar “dois tipos de coisas”: “pode manifestar a expectativa de que reconhecerei o vermelho quando ele me for mostrado, no sentido em que espero ter dor de cabeça se receber uma pancada na cabeça” Esta primeira alternativa procura ilustrar “uma expectativa física, com a mesma base de qualquer expectativa relacionada à ocorrência de um evento físico” “Ou, então”, diz Wittgenstein, introduzindo a alternativa que importa aqui, “não se trata da expectativa de nenhum evento físico e, neste caso, minha proposição não poderá ser falseada pela eventual não ocor-

cipação” que Wittgenstein reserva ao grupo de eventos psíquicos que cumprem o mesmo papel da “expectativa”, para em seguida esboçar uma idéia do que seria o pano de fundo da “figuração prototípica” antecipada na relação de reconhecimento, uma nova e mais complexa noção de espaço lógico do que a do *Tractatus* Por partes.

Embora a expectativa seja um exemplo privilegiado por Wittgenstein, o tipo de vínculo que sua expressão proposicional estabelece com sua “satisfação não se dá unicamente nesta relação. Nesse exato sentido creio que deve ser lida a passagem em que Wittgenstein afirma que “estranhamente, o problema do *entendimento* da linguagem tem a ver com o problema do querer”¹⁰: o desejo, como a expectativa, *antecipa-nos* algo que deve ser *reconhecido*, “internamente” reconhecido. Wittgenstein agrega ainda a isso que chama de “grupo de eventos psíquicos”¹¹, a “intenção” E em relação a tal grupo de processos psíquicos, tal como ele os toma em sua investigação, faz uma ressalva esclarecedora: “só me refiro à expectativa, ao pensamento, ao desejo, etc. de que *p* venha a ocorrer caso eses processos pouam a mesma multiplicidade que se expressa em *p*; apenas, portanto, quando eles são articulados”¹². Nesta acepção que Wittgenstein lhes reserva, a expectativa, o desejo, a intenção, etc. têm em comum o fato de serem agentes de uma *antecipação lógica* – de seleção do protótipo lógico que será parâmetro para o *reconhecimento* do fenômeno em questão, e de condução, no interior do protótipo, em direção à focalização de recortes específicos.

A relação da função antecipatória dos eventos psíquicos com a figuração prototípica pode ser vislumbrada a partir da passagem das *Observações Filosóficas* em que Wittgenstein diz que “a expectativa prepara, por assim dizer, a régua por meio da qual o evento superveniente será medido, e faz isso de tal modo que o evento será medido, quer coincida ou não com a graduação esperada. É possível dizer que há dois aspectos distintos e comple-

mentares nos quais a expectativa “prepara” tal régua. O primeiro é evidenciado pelo exemplo que Wittgenstein oferece na seqüência da passagem citada. Ele diz que “é mais ou menos como se eu estimasse a altura de um homem por um golpe de vista, dissesse “creio que ele medirá 170 cm” e fosse, então, medí-lo com uma régua. Mesmo não sabendo qual é a sua altura, sei que ela pode ser medida com uma régua, e não com uma balança” Ou seja, o primeiro sentido em que a expectativa prepara a “régua” e selecionando, entre todos os protótipos de que dispomos, aquele(s) atinente(s) ao que a proposição enuncia: no caso da proposição do exemplo, a “régua” é uma régua mesmo (não uma balança, diz Wittgenstein, evidenciado uma primeira função eletiva da expectativa). É evidente que a escolha da “régua” adequada é uma condição de possibilidade de sentido da proposição.

O outro aspecto em que “a expectativa prepara a régua”, remete não à escolha de um protótipo lógico entre outros, mas a um movimento, também eletivo num outro sentido, no interior de um determinado protótipo. A saber: aquele que, no caso do exemplo das cores, prepara, digamos, a expectativa de ver vermelho *em detrimento de ver azul, ou braco*, ou seja, de ver uma cor em detrimento de outra qualquer. Aquele que circunscreve uma região, no interior de um protótipo, definindo ao mesmo tempo a vizinhança dessa região.

A noção de “visinhança” é cara, aqui. As relações de visinhança no interior de cada protótipo passarão a integrar a “multiplicidade lógica” proposicional no sentido mais complexo que elas adquirem nas *Observações Filosóficas* em relação ao *Tractatus*. Os contornos deste tema ficam mais nítidos quando Wittgenstein examina o problema do reconhecimento das cores. “Sob qual forma”, pergunta-se, “posso levar comigo o protótipo da cor?” E responde: posso, por exemplo, dizer – ‘não, a cor não era essa, era quase essa; a cor que eu tinha em vista eram um pouco mais escura’ Num certo sentido, eu sei o lugar da cor que

eu tenho em vista pois reconheço uma vizinhança desse lugar enquanto tal”¹³

O que eu *sei* é o *lugar* da cor. Como eu sei? Pelo reconhecimento da *vizinhança*. Essas são noções que compõem de modo essencial a idéia de protótipo, o qual integra um conjunto de relações lógicas. A noção de vizinhança como um território lógico tem parentesco estreito com a idéia de que a expectativa e demais funções antecipatórias são articuladas, e remete ao conceito de multiplicidade lógica nas *Observações Filosóficas*. Trata-se do seguinte. Enquanto que no *Tractatus*, feita a ressalva ao fato de que as cores não podem ser consideradas como “objetos” sem interferir na tese da independência lógica das proposições elementares, são exemplarmente tomadas¹⁴ para sugerir contextos proposicionais onde duas proposições, tomando objetos diferentes, poderiam compartilhar a mesma multiplicidade lógica – o que é permitido pelo fato de que objetos distintos poderem possuir a mesma “forma lógica” –, nas *Observações Filosóficas*, tudo parece sugerir que a nova configuração do espaço lógico veta esta possibilidade. Assim, se uma proposição como “isto é azul” pode ser entendida no *Tractatus* como tendo a mesma forma lógica de *isto é amarelo*, partindo da idéia que “azul” e “amarelo” teriam a mesma forma lógica (dentro do contexto de usar do expediente de tratá-los como objetos para fins de ilustração), o mesmo não ocorre com as mesmas proposições nas *Observações Filosóficas*. Tomemos, neste sentido, a passagem onde Wittgenstein afirma que “a proposição negativa tem a multiplicidade da proposição negada, e não a multiplicidade das proposições que, em vez dela, pudessem ser verdadeiras”¹⁵, e apliquemos ao contexto das cores. Obteremos facilmente que uma proposição como “isto não é vermelho” tem a mesma multiplicidade lógica de “isto é vermelho”, e não a de proposições como “isto é amarelo”, “isto é azul”, etc; de onde decorre trivialmente que “isto é vermelho” não tem a mesma multiplicidade lógica de “isto é azul”, etc.

Como ilustração do que Wittgenstein está entendendo como a região das cores no espaço lógico das *Observações Filosóficas* Wittgenstein recorre ao octaedro das cores, onde as relações de “visinhança” lógica estariam *exibidas*.¹⁶ Nesse sentido, ele afirma que “o octaedro das cores é gramática”, ele exhibe as relações de visinhança mostrando que, por exemplo, faz parte do *ser* azul poder caminhar em direção ao vermelho, avermelhar-se sendo ainda uma matiz do azul, até deixar de sê-lo e passar ao roxo, e finalmente ao vermelho. E que, ao contrário, não há um caminho que conduza do verde em direção ao vermelho. Tais relações de visinhança integram a possibilidade de reconhecimento de cada cor, são “o modo como carregamos conosco o octaedro das cores”, a “gramática das cores” Elas nos dão condições de atribuir sentido a uma proposição contendo cor como parte, permitindo o reconhecimento do lugar da cor em questão dentro da gramática das cores. Este é um dos sentidos em que Wittgenstein diz que a expectativa à qual se refere é articulada, diz respeito à multiplicidade lógica proposicional.

* * *

Mas é evidente que estamos, até aqui, apenas a meio passo do entendimento do problema da significação e da figuratividade nas *Observações Filosóficas*. No parágrafo 148 Wittgenstein afirma que “nossa expectativa antecipa o evento”, e que “nesse sentido ela faz um modelo do evento” No parágrafo seguinte, afirma que “é só *no* mundo em que vivemos que podemos fazer um modelo de um fato, vale dizer, a relação com o mundo em que vivemos deve estar contida na essência do modelo, e isso independentemente de ele ser verdadeiro ou falso” Que a proposição deva poder (no sentido lógico) ser verdadeira ou falsa é uma tese que

permanece presente nas *Observações Filosóficas*; e é um fato ordinariamente conhecido que essa tese assume, aqui, feições verificacionistas. “Compreender sentido de uma proposição”, afirma Wittgenstein no parágrafo 194, “significa saber como se deve efetuar a decisão a respeito de sua verdade ou falsidade” É óbvio que a verificação de uma proposição depende da possibilidade do “reconhecimento”, na mesma exata medida em que o sentido de uma proposição é anterior à sua verdade ou falsidade. A possibilidade de “reconhecimento” é a possibilidade de que uma proposição tenha a capacidade de ser verdadeira ou falsa; na verificação o mundo dá seu veredicto a uma proposição que de antemão já era significativa; diz “sim” ou “não” a ela, torna-a verdadeira ou falsa¹⁷

Este é o ponto em que Wittgenstein introduz o problema do “tempo”, nos termos em que vimos acima. Resumidamente, trata-se de que “a linguagem representa o mundo”, “o mundo dos dados é atemporal” e a linguagem se dá no tempo – nos termos de Wittgenstein, pertence ao “segundo sistema” – ao passo que as proposições só podem ser verificadas no instante, “pelo presente”

Procuro esboçar o que talvez seja um encaminhamento para a solução do problema investigando-o em dois aspectos. Primeiro, vou explorar a afirmação de Wittgenstein de que a linguagem pertence ao “segundo sistema”, procurando em parte localizar uma possível justificativa. Depois, vou argumentar que Wittgenstein está operando com duas noções de tempo, e que uma delas encontrará seu lugar no que seria o “primeiro sistema”

Wittgenstein é enfático em várias passagens das *Observações Filosóficas* em afirmar que “não há, como eu antes¹⁸ acreditava, uma linguagem primária por oposição à nossa linguagem cotidiana, a ‘secundária’”¹⁹ Mas refere-se, mais de uma vez no texto, a um “primeiro sistema” e a um “segundo sistema”. Pretendo apoiar-me apenas limitadamente nestes termos, porque as menções são ocasionais e talvez algo metafóricas. Mas o fato é que os

contornos da idéia são operacionais em relação à localização da linguagem – com conseqüências imediatas para o tema filosófico da representação do mundo.

A linguagem pertence ao “segundo sistema” Com isso, como podemos vislumbrar pelas passagens citadas acima, Wittgenstein está dizendo, aproximadamente, que ela é um evento do mundo físico, por oposição a um “mundo dos fenômenos” Tal asserção não comparece nas *Observações Filosóficas* como um postulado. Wittgenstein esforça-se, no capítulo VIII²⁰, para mostrar a impossibilidade de pensarmos que a linguagem pudesse ser, em si mesma, fenomênica, isto é, que ela pertencesse ao “primeiro sistema” (o que é completamente diferente de dizer que ela não pode representar um fenômeno, ressalve-se). A idéia de que a linguagem pertence ao “segundo sistema”, ou seja, desenvolve-se no tempo físico, é apresentada por meio de duas experiências: Wittgenstein propõe que suponhamos que tivéssemos a possibilidade de descrever imediatamente e completamente toda nossa vivência fenomênica, eliminando com isso, por hipótese logicamente válida, o tempo presente na, digamos, “elaboração” da linguagem: o tempo que transcorre enquanto falamos, ou escrevemos, ou desenhamos, ou esculpimos, enfim, o tempo que levamos para produzir uma descrição. Abstraído esse tempo, argumenta ele, ainda *teria que ser possível “ler”* a descrição: aquele que a produziu, ou outro qualquer, deveria ser capaz de identificá-la, e isso é da *essência* da linguagem. Uma linguagem que fosse imediatamente produzida e no mesmo ato, portanto, também imediatamente, reconhecida – e depois não mais, não recairia sobre o conceito de linguagem propriamente. Seria simplesmente uma vivência fenomênica; no caso da presença de uma outra pessoa – o suposto “leitor” – não passaria de uma vivência fenomênica simultânea, a menos que – e aqui reside toda a diferença, pudesse ser lida *depois*, pudesse ser identificada consigo mesma no transcurso do tempo físico. A noção de identidade, que é constitutiva

da essência da linguagem, é “secundária” “Secundária” por oposição ao “reconhecimento”, que é primário, como vimos. A idéia tem apoio textual. No parágrafo 69 Wittgenstein pergunta-se – e é evidentemente uma pergunta retórica: “concordância e não concordância não são, pois, o que é primário, assim como o reconhecimento é primário e a identidade o secundário?”

Estabelecido, agora nos termos da argumentação de Wittgenstein, que a linguagem pertence essencialmente ao “segundo sistema”, recoloquemos sua questão: como uma linguagem física pode descrever o fenômeno? No parágrafo 229, inicialmente, Wittgenstein equaciona o problema em termos da comensurabilidade da linguagem com o presente, uma vez que toda proposição significativa deve ser passível de verificação, e a verificação se dá necessariamente no presente. A curiosa indicação que Wittgenstein oferece para este problema envolve várias considerações sobre o tempo, razoavelmente concentradas no capítulo V da edição de Rhees. O ponto é: Wittgenstein opera com dois conceitos de tempo, localiza um no primeiro sistema e o outro no segundo. “Toda dificuldade”, avança ele, “talvez consista na transferência do conceito de tempo do tempo físico para o curso da experiência imediata”²¹ Vejamos do que se trata.

Wittgenstein argumenta que “‘o tempo’ tem significado diferente, conforme consideramos a memória como fonte do tempo ou como imagem armazenada do evento passado”²². A distinção proposta, e que envolve fortemente a noção de “memória”, parece ser a seguinte. Rememoro um fato passado qualquer: ele é a figura de um evento físico, e a memória, neste caso, está sendo tomada como uma “guardiã” mais ou menos precisa dessa figura. Na nossa linguagem ordinária, chamamos essa figura mais ou menos nítida evocada de uma “memória” Wittgenstein reserva a esse uso do termo “memória” a acepção de metáfora. Nesse sentido, diz que “ao falarmos da memória como sendo uma figura, estamos apenas utilizando uma metáfora, exatamente como quando cha-

mamos as representações de ‘figuras dos objetos em nosso espírito’ (ou coisas semelhantes)” A memória, em sua acepção literal, deve ser entendida como “fonte do tempo” – aqui, se estou certa, temos o sentido convencional do tempo físico. As duas acepções do termo são imiscíveis, e ao uso indiscriminado deste termo, Wittgenstein parece atribuir a confusão que dá origem ao problema (aparente) da comensurabilidade da linguagem com o presente.

A memória como metáfora, quando usada indevidamente, nos leva a pensar na recordação como uma espécie de “ver no passado”, o que é completamente inadequado para os quadros que Wittgenstein procura oferecer aqui. Ele quer reservar à “representação” uma acepção puramente *presente* e, assim, garantir sua comensurabilidade com o presente. A operação parece possível, com o arranjo proposto para as noções de memória e de tempo. “A recordação *não* é um ver no passado” [grifo do autor]²³; e mais: “pode-se falar a respeito de eventos passados, presentes e futuros no mundo físico, mas não a respeito de representações passadas, presentes e futuras, pois, por representação, não queremos nos referir novamente a um tipo de objeto físico (...), *mas exatamente àquilo que está presente*”²⁴ [grifo meu]. Ora, se é inadequado “aplicar o conceito de tempo, vale dizer, as regras da sintaxe, tal como elas valem para os substantivos físicos, ao mundo da representação”²⁵, como eu sei que uma figura do passado é uma imagem do *passado*? Wittgenstein responde que isso pertence à “essência da imagem de recordação”²⁶. Eu simplesmente sei que se trata de uma imagem do passado porque é da essência dela, é como saber que se trata de uma imagem azul. A linha do tempo no primeiro sistema deve ser um protótipo, como o é o octaedro das cores, capaz de possibilitar o reconhecimento imediato; e como o octaedro de algum modo exhibe as afinidades elementares das cores entre si, as relações entre passado e presente, em suas infinitas graduações possíveis, devem compor o sistema lógico que possibilita o reconhecimento imediato de que uma determinada figura rememorada

tem a forma do passado, tanto quanto as relações de anterioridade e posteridade temporal de outras figuras em relação a uma qualquer especificada. Assim, há um conceito de tempo operando no primeiro sistema, integrando a figura, *integrando sua multiplicidade lógica*. Representamos no *presente* uma figura do passado. Eu não percebo no passado (note-se o contra-senso nos tempos verbais desta sentença, caso eu quisesse, contrariamente ao que fiz, afirmá-la). O comentário de Wittgenstein é, textualmente, o seguinte:

(...) que eu devesse perceber no passado é algo que está em conflito com todos os conceitos do tempo físico, e novamente, isso parece significar apenas que o conceito de tempo no primeiro sistema deve ser radicalmente diverso daquele da física.²⁷

Temos o seguinte resultado: o conceito de tempo da física não pode ser aplicado ao mundo da representação; a própria representação é sempre “presente” – com isso temos garantida a comensurabilidade da representação com o mundo dos fenômenos, garantida portanto a possibilidade da verificação. Mas com a palavra “presente”, aqui, não estou opondo nada a “passado” ou a “futuro”, de tal modo que não estou efetivamente dizendo nada: justamente porque estou operando com um conceito de tempo do primeiro sistema, e ele pertence ao território do inefável. Ocorre que embora a representação seja “presente” neste sentido, no limite, indizível, a linguagem, como já dissemos, pertence ao segundo sistema. E a linguagem representa. Que resposta podemos dar a esse problema?

Minha hipótese particular é uma aposta na metáfora da régua, usada por Wittgenstein pouco acima, para negar que uma régua ideal tivesse apenas extensão. Faz parte da régua sua corporeidade. Transpondo os termos da metáfora da régua para a linguagem, talvez seja possível pensar que a linguagem represen-

⁸ Parágrafo ...

⁹ Parágrafo 81

¹⁰ Parágrafo 46

¹¹ parágrafo 128

¹² parágrafo 132: o contra exemplo é expresso assim: “a secreção de saliva na boca – não importa o quão precisamente medida – não é aquilo que chamo de expectativa” (parágrafo 134).

¹³ Parágrafo 39

¹⁴ citar os vários contextos no Tractatus

¹⁵ Parágrafo 35

¹⁶ Um tratamento mais completo do uso que Wittgesntein faz do octaedro das cores para os fins aludidos pode ser encontrado no Capítulo IV da edição citada.

¹⁷ “Se vemos uma proposição verificada”, diz Wittgenstein nas *Observações Filosóficas*, a que outra instância poderíamos apelar para saber se ela é realmente verdadeira? [achar parágrafo].

¹⁸ Provável referência ao artigo de 1929.

¹⁹ Parágrafo 248. Esta idéia é expressa em várias outras passagens do texto das *Observações Filosóficas*, como por exemplo o parágrafo 2 do texto, onde ele declara não apenas sua impossibilidade como sua inutilidade em relação às metas filosóficas apresentadas na abertura desta obra.

²⁰ Edição de Rhees.

²¹ Parágrafo 231.

²² parágrafo 230.

²³ Parágrafo 232.

²⁴ Parágrafo 231.

²⁵ Parágrafo 231.

²⁶ Parágrafo 233.

²⁷ Parágrafo 234.